

SEGURANÇA PÚBLICA

O motim no Ceará e a morte do miliciano Adriano da Nóbrega na Bahia indicam uma movimentação perigosa de grupos paramilitares que estão chantageando governos e organizando o bolsonarismo nos estados.



Paramilitares ameaçam governos e organizam bolsonarismo

O mês de fevereiro foi marcado por dois eventos que levam a refletir sobre a relação das polícias com seus respectivos governos estaduais e o bolsonarismo: o assassinato do miliciano, o ex-capitão da polícia fluminense Adriano da Nóbrega na Bahia, e o motim da polícia no Ceará, que paralisou as forças de segurança por treze dias no estado. A partir deles, alguns questionamentos surgem: podem ter alguma relação entre si? Qual o grau de autonomia das polícias com relação a seus governos? Qual o papel do bolsonarismo nisso? Qual é o grau de governabilidade que os poderes estaduais têm, de fato, sobre as polícias? Qual o papel do bolsonarismo nisso? Como as forças se retroalimentam?

Este breve texto não pretende responder a estas questões levantadas, mas busca trazer ao debate alguns elementos que podem ser importantes para uma reflexão de mais fôlego sobre o atual estágio da segurança pública no país.

O que aconteceu na Bahia?

No dia 9 de fevereiro, o ex-capitão do Bope (grupo de elite da PM do RJ) e miliciano Adriano Nóbrega foi morto em Esplanada, cidade situada a 170 quilômetros de Salvador (BA).

A operação contou com a participação de dezenas de policiais cariocas e baianos. A suspeita – a partir

de análises prévias de balística – é que Adriano tenha sido executado. Queima de arquivo. Adriano era um dos líderes do Escritório do Crime, grupo miliciano de Rio das Pedras. Sua esposa e sua mãe foram assessoras de Flávio Bolsonaro. Suspeito de ter envolvimento com Queiroz e seu esquema de ‘rachadinha’. Foi homenageado por Flávio Bolsonaro duas vezes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelos serviços prestados, sendo que da última vez já estava preso. Expulso da PM há seis anos por envolvimento com jogo do bicho. Este é Adriano.

Afinal, independentemente das circunstâncias da operação (que devem ser investigadas), o que o caso pode revelar de mais permanente sobre a situação?

Elencam-se dois pontos. Primeiro, as polícias militares possuem, em seus respectivos estados, muita autonomia em relação aos comandos de seus governos. Segundo, a forte presença de policiais baianos na operação que culminou na morte do Adriano e a surpresa do governador Rui Costa quando soube da operação podem indicar, além desta ingerência comum a todos os estados, um possível processo de exportação das milícias cariocas para outras unidades da federação.

Antes de tudo, importante entender que a cultura da corrupção na polícia permeia a história da instituição e se faz valer também pela formação precária, baixos salários e péssimas condições de trabalho às

quais a categoria é submetida. Porém, além de corruptas, as milícias se definem pela maneira como se organizam para tomar os espaços do Estado.

Foi no início dos anos 2000 que grupos de policiais e ex-policiais começaram a chamar a atenção da opinião pública. A origem das milícias, no entanto, é mais antiga, datando do final da década de 1970, quando na Favela de Rio das Pedras - zona oeste do Rio - comerciantes da associação de bairro começaram a pagar policiais para garantir que o tráfico não dominasse o território recém-ocupado. O grupo se fortaleceu e passou a oferecer e a cobrar, além de “segurança”, outros serviços como gás e transporte.

Os pagamentos passaram a ser obrigatórios, sob pena de castigos violentos em caso de descumprimento. Com o tempo, assim como as facções do tráfico, os milicianos começaram a impor toques de recolher, regras rígidas às comunidades e também a traficar. Passaram a se organizar para financiar campanhas, alocar seus agentes em assessorias parlamentares, organizar rachadinhas etc. Assim, mais do que a marca da corrupção - que é inerente às práticas milicianas - as milícias apresentam um método de atuação e organização. E é esse modelo que pode estar sendo exportado para outros estados.

O que aconteceu no Ceará?

O governo do Ceará negociava desde o final de 2019 uma proposta de reestruturação salarial para policiais no estado. Em 14 de fevereiro chegaram, a partir de negociações com parlamentares e representantes da categoria, a uma proposta final: de 3,4 mil reais para 4,5 mil reais para soldados e até 20 mil reais para coronéis - além de gratificações. O ajuste seria aplicado em parcelas até 2022.

Foi quando parcela da categoria iniciou um processo de paralisação. Em Sobral, homens encapuzados com o corpo para fora das janelas de viaturas da PM saíram pelo centro da cidade aterrorizando a população e ordenando que comerciantes fechassem as portas.

O governador Camilo Santana (PT) respondeu institucionalmente, policiais foram presos e 261 investigados por participarem do motim - que foi e é

proibido pela Justiça. O senador licenciado Cid Gomes (PDT) foi até a cidade e tentou dar fim à paralisação com uma retroescavadeira. Foi atingido por dois tiros, mas passa bem.

O governo do estado solicitou ao governo federal ajuda e foi enviada a Força Nacional de Segurança Pública e decretada pelo presidente a Garantia da Lei e Ordem (GLO). Cerca de 2,8 mil homens do Exército e da Força Nacional circularam pela capital cearense e por cidades do interior reforçando a segurança nas ruas.

O que estaria por trás do conflito?

1) Sobre a proposta de reestruturação: segundo registro no site de concursos públicos de agentes de segurança, a média de salário inicial de soldado no Brasil é menos de 4 mil reais (tirada a partir dos últimos concursos de cada estado). Em SP, por exemplo, salário inicial é de 3.034 reais. Alguns estados, por exemplo, em seus últimos concursos abertos (datados, em sua maioria, de 2017) apresentaram salários iniciais que não passavam de 3 mil (como Bahia, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte) e outros pagam mais de 5 mil (como Distrito Federal e Minas Gerais).

2) Existem três associações militares que se dizem representantes da categoria contra as quais o Ministério Público do Ceará fez um pedido de tutela de urgência. A Assembleia Legislativa do Ceará cria uma CPI para investigá-las. São elas: Associação dos Profissionais de Segurança Pública, Asprace e Assof. Uma rápida busca no google nos nomes de suas diretorias nos evidencia o posicionamento político alinhado ao bolsonarismo.

3) Além disso, quatro políticos - três dos quais ex-policiais -, são opositores do PT e PDT no estado e se constituem lideranças importantes dos militares, estimuladores da greve e tumultuaram as tentativas de negociação do governo do estado com a categoria. Disputam fortemente entre si o protagonismo do antipetismo no estado:

- Capitão Wagner (deputado federal pelo Pros): entre 2011 e 2012 liderou um motim de seis dias da Polícia Militar, marcada por arrastões, assaltos e depredação do patrimônio público. A partir disso

teve carreira política meteórica até que, em 2018, foi o mais votado no estado na eleição, com mais de 303 mil votos. É pré-candidato à prefeitura de Fortaleza. Fez campanha para Bolsonaro, mas se distanciou do presidente no último período, já que ele não teria fechado acordo de apoiá-lo em 2020.

- Soldado Noelio (deputado estadual pelo Pros): expulso da PM em 2013 por discutir medidas não cumpridas pelo estado após a paralisação da PM de 2012. Em 2015 foi reintegrado. Principal aliado do Capitão Wagner.

- Capitão Sabino (ex-deputado federal): em 2018 disputou reeleição pelo Avante, mas não se elegeu. Aliado de Capitão Wagner até 2018, quando romperam, já que ambos queriam sair candidatos a deputado federal.

- André Fernandes (deputado estadual pelo PSL): youtuber, com apenas 21 anos foi o deputado estadual mais votado do Ceará com 109.142 votos. Filho de pastor da Assembleia de Deus, diz que sairia do PSL para acompanhar Bolsonaro no Aliança Brasil. Entre os três, é o mais próximo do presidente. Estava com ele, em Brasília, almoçando, em 19 de fevereiro, quando o motim policial estourou. Deve ser o candidato do presidente em Fortaleza na eleição de 2020.

O movimento político e criminoso das associações militares com suas lideranças parlamentares bolsonaristas parece ter dupla motivação: uma de caráter mais nacional, que envolve a organização paramilitar no estado (aos moldes do que ocorre na Bahia); e outra de ordem mais eleitoral local, numa tentativa de desestruturar os governos municipais e estadual de aliança PT e PDT.

Após treze dias de paralisação, policiais militares decidiram encerrar o motim que resultou em um aumento da criminalidade no estado. De 19 a 27 de fevereiro, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, houve 241 assassinatos no Ceará - uma média de 26,7 por dia; de 1 a 18 de fevereiro houve 164 homicídios, média pouco acima de 9, número semelhante ao de janeiro de 2020.

Representantes do governo e dos amotinados chegaram a um acordo que não prevê anistia. Os processos disciplinares sobre os PMs que participaram

do movimento serão acompanhados por uma comissão externa formada por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública e do Ministério Público para que seja observado o devido processo legal em cada caso. Foram, ao todo, 230 policiais militares suspensos por suspeita de participação no motim (eles têm que entregar armas e distintivos além de ficar de fora da folha salarial pelo período de 120 dias). O acordo com o governo garantiu a manutenção da proposta salarial inicial, com rediscussão sobre as parcelas do aumento.

O que os dois eventos têm em comum?

Especialistas na área de segurança pública alertam para a ameaça deste tipo de chantagem criminosa por parte dos policiais se espalhar por outros estados. Greve de militares é ilegal. O que se viu no Ceará foi parcela do contingente encapuzado, aterrorizando a população, usurpando, de forma abusiva, de armas e viaturas que são públicas, de propriedade do Estado e deveriam ser usadas para garantir a segurança da população, não o contrário.

Pressupostos importantes para entender a situação:

1) As polícias vivem um limbo normativo institucional legal. O trabalho da polícia não é regulamentado: não tem controle individual de munição; não tem protocolo de comportamento em revistas e ações de rua; não tem cadeia de comando e controle. Não existem parâmetros normativos legais para garantir uma ação tática eficaz. Não há controle e fiscalização. Neste limbo, praças tendem a ficar mais vulneráveis aos mandos e desmandos dos oficiais, o que potencializa a tensão permanente entre os grupos. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM) ao qual são submetidos é humilhante. Praças podem ser presos a qualquer momento se oficiais superiores se sentirem desrespeitados. Assim, praças com baixo nível de institucionalidade acabam sendo massa de manobra fácil para uma política autoritária e de extrema direita.

2) Organizados autoritariamente em batalhões, os praças tendem a obedecer seus oficiais. E só. Governadores e titulares das Secretarias de Segurança Pública dos estados têm pouco ou quase nenhuma

governabilidade sobre a ação dos policiais nos territórios. Um nó que data mesmo anteriormente ao período da ditadura civil-militar que não foi solucionado com a Constituição de 1988.

3) A democratização do país foi, assim, acompanhada de um processo de autonomização das polícias com relação ao poder democrático eleito (tanto estadual, quanto federal). Polícia age quase como partido político, com poder autônomo, emancipada de seus governos. O bolsonarismo se beneficia desta característica para organizar sua base político-eleitoral.

Motim policial não é um fato inédito. O ano de 1997, por exemplo, foi marcado pela Revolta dos Praças, que começou em Minas Gerais e se espalhou pelo Brasil. Em 2012 no Ceará. Em 2017 no Espírito Santo, onde esposas e familiares dos policiais tomaram a frente das manifestações. Ano passado, na Bahia, houve um processo parecido.

De acordo com a Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (Anermb), ao menos outros dois estados têm situação crítica na relação entre os policiais e o Executivo: a Paraíba (que teve uma paralisação de 12h decretada ilegal pela Justiça) e o Espírito Santo. A situação é delicada também na Bahia, Mato Grosso do Sul e Alagoas. Interessante perceber que são justamente, os estados governados pela oposição que sofrem de ameaças: Ceará e Bahia (onde policiais invadiram a Assembleia Legislativa armados no momento da votação da Reforma da Previdência), que são governados pelo PT; Paraíba, Espírito Santo e Pernambuco pelo PSB; Alagoas pelo MDB; Mato Grosso do Sul pelo PSDB. Já Minas Gerais, que é governada pelo NOVO, acabou de ceder à pressão dos policiais e concedeu um aumento salarial de 42%, apesar da difícil situação fiscal do estado. Esta situação reforça a hipótese de uma

organização nacionalizada das policiais e ligada ao bolsonarismo.

A organização de grupos paramilitares em nível nacional junto com a nacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) - propulsionada pelo governo paulista nos anos 2000, à medida que transferia líderes da facção para cadeias de outros estados -, altera a relação das polícias com o crime organizado e, conseqüentemente, altera a própria dinâmica da segurança pública do país.

O governo federal parece ser mais condescendente com estes movimentos do que disposto a inibi-los. O ministro da Justiça, Sergio Moro, disse que os amotinados do Ceará não poderiam ser considerados criminosos. O diretor da Força Nacional, Aginaldo de Oliveira, que é coronel da PM, os chamou de “gigantes” e “corajosos”.

A situação é grave e exige atenção. O país não pode ficar refém de forças autoritárias e de extrema-direita armadas dispostas a chantagear os governos e a população. Mas saques, arrastões e pânico são apenas a ponta de um iceberg cuja parte submersa tem potencial organizativo e vem ocupando espaços do Estado (por meio de práticas igualmente ilegais como rachadinhas, financiamento ilegal de campanha, como apontam as investigações sobre as milícias cariocas que envolvem Adriano da Nóbrega, Queiróz e a própria família Bolsonaro).

Medidas normativas como a de lei que garanta a quarentena para policial que queira entrar na política pode ser um passo importante para tentar frear esse movimento que mistura polícia e política, já que hoje PMs e policiais civis podem, por exemplo, ter filiação partidária e concorrer às eleições sem deixar a carreira - ao contrário do que ocorre com juízes, procuradores e militares das Forças Armadas. Além disso, não se pode deixar de pensar em reformas mais estruturais das polícias.